ATA N.º 26/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA DA CAMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO/2022

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas e trinta minutos a Câmara Municipal de Borba, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, António José Lopes Anselmo, estando presentes os Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Sofia Alexandra Militão Dias, Pedro Duarte Abelho Grego Esteves e Helena Cristina Lopes Gromicho Caldeira.

A reunião foi transmitida em direto pelos canais do Município, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Borba (Munícipe / Câmara Municipal / Reuniões de Câmara / Gravações) ou no Facebook do Município através do link:

https://www.facebook.com/municipiodeborba/videos/5851818274939309

Esta reunião foi secretariada pela funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Borba.

Movimento Financeiro

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 22 de novembro de 2022 que acusou um total de disponibilidades de 1.222.424,12 Euros.

PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia

O **Presidente** declarou aberta a reunião e começou por informar que há cerca de 3 meses umas pessoas do setor da transformação do mármore vieram falar com ele, e mostraram interesse nos lotes da Zona Industrial do Alto dos Bacelos. "Na semana passada vieram cá novamente e fui-lhes mostrar exatamente tudo (...) está loteada, mas em termos de infraestruturas não tem nada. Eles olharam para aquilo com atenção, e ontem vieram cá e escolheram uma série de lotes, esses lotes depois de verificados, chegámos à conclusão que um lote desses é da câmara, o resto são de particulares. Eu expliquei às pessoas que o que temos disponível de imediato são lotes que são de pertença do município e ficaram de me dar uma resposta (...)"

Pediu a palavra o **Vereador Pedro Esteves**, para dizer que relativamente à Zona Industrial do Alto dos Bacelos, terão oportunidade de falar quando for discutido o ponto 2.2 da ordem de trabalhos, "porque está previsto em orçamento 500 euros para a Zona Industrial do Alto dos Bacelos, (...) eu percebo que é para abrir rubrica, mas em termos daquilo que é o pensamento do que se vai fazer, acho curto (...)"

Esperava que alguns dos assuntos que pretende apresentar neste ponto, fossem aqui referidos, como não foram, colocará as questões:

1. O Município de S. João da Pesqueira, venceu a candidatura à organização do Concurso Cidades do Vinho. Pretendeu saber se o Município de Borba concorreu.

2. Piscinas cobertas – saber o que é que se passa para ainda não terem aberto ao público

A estas questões, a **Vereadora Sofia Dias** respondeu:

1. O Município de Borba concorreu a esta candidatura, "eram 3 as candidaturas em cima da mesa e a maior parte dos participantes naquela reunião eram da zona norte (...) 3 ou 4, se não estou em erro, de área limítrofe com S. João da Pesqueira, e quer queiramos quer não, votaram e votaram nesse sentido. Do sul só estava Cuba (...) por muito que apresentássemos um projeto maravilhoso, e o nosso é (...) é muito ingrato este tipo de concurso porque vai a votação na assembleia da AMPV e depois os municípios que estão representados, se forem de mais perto de um dos Concelhos, claro que vão votar nesse Concelho, porque também ganham com a ida do concurso para perto (....)"
2. Piscinas Cobertas – trata-se de uma avaria (filtro avariado) que estão a tentar resolver.

Relativamente a estas explicações, o **Vereador Pedro Esteves** fez o seguinte comentário:
"É natural que o Município de S. João da Pesqueira tenha conseguido envolver os seus vizinhos, a sua área, para que o apoiassem naquela candidatura, e talvez seja isso que Borba tem que fazer (...) quanto ao filtro da piscina, pois que se arranje o filtro rapidamente, não deve ser necessário ir à China para comprar um filtro"

Prosseguindo com as suas questões, referiu-se ao facto de na última reunião ter pedido o processo de uma antiga funcionária a quem foi feita uma queixa por parte do Município, "nós temos interesse em saber isso, porque o nosso nome está envolvido sem nós sabermos «patavina» daquilo que foi feito. Queremos ter conhecimento,

porque parece que aqui ainda não se percebeu muito bem, que apesar do MUB ter a maioria na Camara Municipal, legitimamente, não são a Câmara de Borba, enquanto câmara de Borba respondemos nós os cinco (...) e como tal têm o dever de nos informar, sobretudo numa situação destas, que é um processo (...)" Perguntou então se sempre foi feita a reabertura do processo.

Relativamente a esta questão, o **Presidente** disse que na última reunião deu indicação para que fosse entregue todo o processo documental. Confirmou que iriam reabrir o processo, "nós os três iremos reabrir o processo. É verdade que a Câmara é composta por cinco pessoas, mas a decisão é tomada por esta maioria, que independentemente de tudo, nós queremos é justiça, não queremos prejudicar ninguém (...) a atitude será tomada pela Câmara, mas representada por nós os três, principalmente por mim"

Pediu a palavra a **Vereadora Helena Caldeira**, para colocar duas questões:

1. Verificando-se um crescimento exponencial dos pedidos de pagamento das faturas da água em prestações, pediu que fosse feita uma análise diagnóstica da situação;
2. Saber se a empresa PADELIUS, está ou não dada como encerrada. Caso a resposta seja afirmativa, saber:
   - quantas pessoas ficaram desempregadas (lesados diretos),
   - quantos agregados (lesados indiretos),
   - qual a posição da Câmara face a esta situação, uma vez que a câmara foi recrutadora de mão de obra para esta empresa;
   - qual o envolvimento;

Em relação às questões colocadas pela Vereadora Helena Caldeira, o **Presidente** respondeu:

1. "Na altura da pandemia, não se cortava água a ninguém, permitindo que as pessoas não pagassem (...) agora, os serviços começaram a mandar cartas às pessoas, dizendo o que é que deviam. Como o que devem é muito, naturalmente que as pessoas falam comigo e eu digo-lhes para pedirem um plano de pagamento e esse plano de pagamento está a ser pedido pela maior parte das pessoas (...)"
2. Empresa PADELIUS – Na semana passada, confirmou o que foi dito agora pela Vereadora Helena Caldeira, contudo, disse não ter conhecimento do nº de pessoas que ficaram desempregadas, "a camara não tem nada a ver com os privados, a camara ajuda os privados a investirem aqui." Acrescentou que naquela altura, a empresa pediu, de forma a tornar o processo mais rápido, a colaboração da câmara na receção dos currículos. Assim que soube o que se passava, tentou contatar com a pessoa responsável mas a mesma não o atendeu.

Pediu a palavra o **Vereador Pedro Esteves**, para dizer que "é inevitável que a Câmara se atravessou num serviço que não era o dela, e pode ter sido com a melhor das boas vontades, o que é facto, é que entrou no processo, e no meu ponto de vista não deveria ter entrado, porque quem faz recrutamento é o Centro de Emprego, e ao passar por aqui, a Câmara assumiu alguma responsabilidade perante as pessoas que para ali concorreram (...)

Em relação à outra questão levantada pela Vereadora Helena Caldeira, pedido de pagamento de água em prestações, disse que demonstra bem a situação económica que se vive no concelho e no país, exigindo uma maior atenção por parte de todos.

No uso da palavra, o **Vereador Pedro Esteves** pretendeu esclarecimentos sobre o seguinte:

Quando numa reunião passada se abordou a questão da possibilidade ou impossibilidade do Presidente da Câmara ter um secretário ou um assessor, os serviços, consideraram que não era possível de acordo com a situação que estava, "mas o que é facto é que tanto quanto sabemos era o cabeça de lista do MUB à Assembleia Municipal que pretensamente iria assumir essa função. De momento, também sabemos que está a trabalhar no Município. Por se tratar do cabeça de lista do MUB à Assembleia Municipal e por ter esta situação que nós ainda não sabemos, porque ainda não fomos informados, queremos saber para que é que foi contratado, qual é o serviço que vem prestar, qual o vinculo que tem à Câmara, quais são as condições de trabalho, são questões importantes, muito mais por se tratar de uma pessoa em termos políticos com relevância no Concelho"

Sobre esta questão, o **Presidente** disse o seguinte:

"(...) a política deveria ser uma arte muito nobre de resolver assuntos das pessoas e sermos muito diretos e muito francos. Temos essa opinião. Eu entendi, depois de aconselhado pelas pessoas que me rodeiam, nomeadamente o Senhor Vereador e a Senhora Vereadora, que havia um determinado tipo de áreas em que precisávamos de algum apoio e nessa altura fizemos um contrato de avença até final deste ano com o Senhor Paulo Mendanha, o qual, a única coisa que tem e que pode ser posta em causa é ter sido o candidato do MUB à Assembleia Municipal, ser elemento da Assembleia Municipal. O que nós entendemos é que ele com os conhecimentos profissionais que tem, poderá ajudar a Câmara a conseguir aquilo que quer (...) depois faremos o balanço da situação e veremos se vale ou não a pena continuar, repetir ou até passar para outro tipo de funções (...)"

Ponto 1.2 – Expediente

Foi enviada, a todo o executivo, listagem de correspondência recebida e expedida no período compreendido entre a última reunião de Câmara e esta.

Relativamente à correspondência enviada, **o Vereador Pedro Esteves questionou sobre o seguinte:**

- Comunicação recebida da CCDRAlentejo – tanto quanto percebeu o investimento para a Empreitada de "Reabilitação do Edifício para Museu de Borba e Enoteca" está definitivamente perdido. Pediu que lhe explicassem.

O Presidente explicou que a semana passada receberam essa informação a dizer que "em virtude de todos os prazos ultrapassados, etc. (...) eles consideravam que esse apoio para o Museu de Borba e Enoteca estava perdido. "Naturalmente falei com os Senhores da CCRD e expliquei-lhe a situação. Disse que a semana passada foi aberto um novo concurso e precisava de, pelo menos, mais quinze dias. "Os Senhores disseram-me que iam ter uma reunião na quinta-feira passada. Os Senhores da CCDRA, na quinta-feira passada telefonaram-me a dizer que iriamos receber, por escrito, a informação de que o projeto em termos de apoio não estava perdido e para avançarmos com todas as coisas desse concurso. Portanto a situação, por enquanto, está salvaguardada."
Acrescentou: "(...) Nós temos um concurso aberto e o Vereador Pedro Esteves até disse que houve um aumento brutal, cerca de trinta e tal por cento, em relação à outra situação... o que eu quero é que concorram, não quero que concorram pelo máximo mas que concorram, porque se concorrem sou eu a primeira pessoa a dizer... o concurso ficou vazio, ficou deserto, e como tal esse dinheiro foi perdido, com pena

nossa... nem me vou justificar com falta de empresas, com isto ou aquilo. Todo o dinheiro que nós perdemos, por Borba, incomoda-me muito, e custa-me muito, e mais ainda me custa se esse dinheiro dessa dita Europa se não fosse aplicado em Borba, era aplicado em Estremoz, em Vila Viçosa, em Alandroal, em Elvas, era bom, mas não, esse dinheiro perde-se claramente e Portugal perde. "(...) Assim que recebermos a comunicação, por escrito, da CCDR ...assim que eu souber e, passado o prazo de quinze dias do concurso público, se não aparecer ninguém vocês serão os primeiros a saber, e as pessoas todas de Borba serão as primeiras a saber que perdemos uma quantidade de dinheiro, cerca de quatrocentos mil euros. Assim que recebermos o documento, por escrito, e penso que será hoje é imediatamente lançado para o Diário da República o concurso público para a Empreitada de "Reabilitação do Edifício para Museu de Borba e Enoteca."

O Vereador Pedro Esteves comentou: "volto a repetir o que já disse, se isto não são os assuntos que deveriam vir aqui à informação no início da reunião, quais é que serão!

Ainda no que respeita à correspondência, **o Vereador Pedro Esteves questionou:**

- Como está o processo da Revisão do Plano de Pormenor da UNOR 2.
- Como ficou a resposta a um ofício da Santa Casa da Misericórdia de Borba, relativamente às taxas?... já noutra reunião falámos nisso. "acho que merecem uma resposta acerca do pedido que fizeram, e já me perguntaram como era a resposta."
- Polidesportivo de Rio de Moinhos – "É um assunto que me preocupa muito, até pela proximidade que tenho com a minha companheira de bancada, e preocupa-me ainda mais por outra razão que havemos de falar em sede de orçamento. É

que em sede de orçamento há zero euros, para o Polidesportivo de Rio de Moinhos, em 2023. Vai ser feito? não vai ser feito? é para 2024?"

Relativamente a estas questões, **o Presidente respondeu:**

- Revisão do Plano de Pormenor da UNOR 2 – disse que os serviços técnicos estão a dar as respostas todas. Têm que ser consultadas uma série de entidades e essa comunicação está a ser feita. "(…) Adjudicamos à empresa, a empresa está a avançar, a fazer os contactos, e vai a reunião de Câmara. Assim que souber alguma coisa de concreto dir-lhe-ei."

- Santa Casa da Misericórdia de Borba – "(…) irei ver o que se passa, os serviços ir-me-ão informar. Iremos ter uma reunião para saber o que podemos, ou não, fazer em termos de isenção, redução, ou manter as taxas."

- Polidesportivo de Rio de Moinhos – "(…) Eu já lhes tinha dito a vocês que nós temos, através do Grupo Desportivo de Rio de Moinhos, um dinheiro de avanço da IPDJ. Entretanto alterámos o tipo de pavimento que tinha que haver, e já temos um pavimento com o qual estamos todos de acordo, nomeadamente, quem o vai usar, nomeadamente, o Presidente da Junta. Eu queria durante este ano avançar com este processo, por isso é que não está previsto em orçamento, porque queremos gastá-lo este ano."

O Vereador Pedro Esteves questionou ainda sobre:

- SIADAP – "(…) Vi que havia uma série de correspondência, entregue em mãos, aos funcionários do Município, relativamente às reclamações da avaliação de desempenho. Fiquei surpreendido com o teor das cartas, porque ainda na última

reunião o Senhor Presidente disse "...gostaria que a resposta fosse aquela que as pessoas pedem quando reclamam... lamentavelmente não é isso que se vai passar na maior parte dos casos..." Mas o facto, é que praticamente a todos, e ainda bem, foi-lhes dado provimento à reclamação que apresentaram. Meia dúzia de casos, três porque ultrapassavam os pontos e não valia pena, e outros três porque (é o Senhor Presidente que o diz aconselhado, ou não, por alguém) é do seu conhecimento pessoal que o desempenho é de forma alguma inferior aos trabalhadores do Município que viram as suas avaliações de desempenho relevante validada, ou seja, o Senhor Presidente, mais uma vez, atravessou-se no processo e é pela sua avaliação pessoal do conhecimento que tem das pessoas que toma esta decisão, quando há quinze dias atrás do seu ponto de vista, lamentavelmente, não ia acontecer nada disto. Gostava de saber o que se passou neste processo e, sobretudo, porque é que ficaram três pessoas sem esse reconhecimento. O Senhor Presidente conhece essas três pessoas e acha que elas não têm um desempenho relevante comparativamente com os outros!"

Sobre esta questão **o Senhor Presidente disse**: "(...) o que está aqui em causa não é mais um ponto ou menos um ponto, o que está em causa é que essas pessoas podem ganhar pontos mas não ganham dinheiro. O que me incomoda a mim, sem nenhum tipo de fantasia, é que, por exemplo, uma pessoa que trabalha vinte anos na Câmara ganha o ordenado mínimo nacional; uma pessoa que trabalha com um autocarro ganha o ordenado mínimo nacional; uma pessoa que trabalha com uma máquina, ganha o ordenado mínimo nacional, é isso que me dói, mas isso é uma luta que tem que ser do governo central e dos sindicatos. "(...) Quando eu falo em conhecimento pessoal, aliás conhecemos todos uns aos outros, mas quem avalia as pessoas é que as classifica... depois há uma comissão de avaliação e uma comissão paritária e as coisas foram resolvidas...mesmo que no orçamento seja feito qualquer coisa de bom para as pessoas, a própria lei não o permite.... mas ainda o que me incomoda a mim é

passarem de adequado para relevante o que poderá ter impacto nos próximos anos, felizmente em termos de concertação social foi discutido, na altura do orçamento, que os pontos nunca mais se perdem, quer isto dizer que se um trabalhador passar, por exemplo, da classe 1 para a classe 2, como aumentou de ordenado perderia os pontos todos, isto está resolvido e penso, que em termos de concertação social através da UGT, tal não vai suceder.

Informou que neste momento faltam duas avaliações que estão a analisar em pormenor com os avaliadores, o resto está tudo entregue. Devo dizer que entreguei em mãos e disse para perguntarem aos sindicatos o que podem fazer para tentar resolver o assunto. Hoje, duas pessoas entregaram requerimento para saberem quantos pontos tinham. Independentemente de tudo, vamos entrar no próximo biénio de avaliação do SIADAP e, quer os sindicatos, quer o governo, deviam pensar numa outra forma de avaliar e reconhecer o trabalho das pessoas, mas isto é a minha opinião pessoal."

Usou da palavra o Vereador Pedro Esteves e disse que na generalidade concorda com tudo. "(...) A questão é que em termos legais esse é o sistema de avaliação que está em funcionamento, por isso devemos fazer todos os esforços para que as pessoas que pretendam ter estes pontos a mais na sua classificação, tenham uma explicação por parte dos sindicatos, por parte do município, por quem quer que seja que lhe permita ter esta situação, porque isso reflete-se no dinheiro que podem levar ao fim do mês, e essa é a parte importante. Fica aqui o alerta... oxalá todos tenham desempenho relevante que é isso que no fundo pretendemos."

PONTO 1.3 – ATIVIDADES DA CÂMARA

No âmbito dos pelouros distribuídos ao **Vereador Joaquim Espanhol** e no que se refere ao trabalho autárquico, para além das atividades inerentes ao desempenho da função, é de destacar o seguinte:

1.Freguesias Urbanas de Borba

Edifícios

-Continuação das pinturas no edifício da Oficina da criança;

-Trabalhos de revestimentos em instalações do Parque desportivo.

Infraestruturas

-Empreitada de ampliação das redes de esgotos domésticos e pluviais na Rua da Restauração-Barro Branco – Obra a cargo da empresa Openvias;

-Reparação de calçadas na Rua Florbela Espanca;

-Reparação de pavimentos em Borba com massas betuminosas;

-Reparação de rotura junto à na rotunda da Avª dos Bombeiros Voluntários;

-Reparações de pavimentos com a colocação de tout-venant em caminhos rurais.

Arranjos exteriores

-Colocação de degrau de mármore para acessibilidade de pessoas idosas em arruamentos de Borba;

-Reparações em escadaria e canteiro na Rua Florbela Espanca para acesso ao Loteamento da Horta do Rossio em Borba.

Diversos

-Serviço de varredura mecânica na sede de Concelho;

-Serviços habituais de limpeza de arruamentos e recolha de monos, reciclados e resíduos diversos;

-Serviço municipal de despejo de fossas particulares nas diversas freguesias do Concelho;

-Serviços diversos de pedreiro no apoio a canalizadores na execução ou modificação de ramais;

-Serviço canalizador e ajudantes na desobstrução de rede de esgotos em diversos locais de Borba e Freguesias;

-Trabalhos de limpeza e desmatação no concelho pela equipa de Sapadores c/ recolha de material cortado em diversos locais da Freguesia Matriz;
-Limpezas de entulhos e terras sobrantes no Cemitério Municipal;
-Reposição de sinalização danificada no Concelho;
-Limpeza de sumidouros em diversas zonas de Borba;
-Empreitada em curso do Parque de Caravanas – obra a cargo da empresa "Construções Alto de Santiago";
-Logística associada à realização da Festa da Vinha e do Vinho 2022. Desmonte de equipamentos e acessórios associados à realização da Festa. Limpeza do recinto do pavilhão e envolvente;
-Apanha de laranjas e distribuição pelas escolas do Concelho.

2.Freguesia de Rio de Moinhos

Infraestruturas

-Continuação da execução de fundações para lancil em loteamento de Rio de Moinhos;
-Colocação de nova areia do EJR (Espaço de jogo e recreio da Escola de Rio de Moinhos);
-Desentupimento de tubagem de infraestrutura telefónica no loteamento da Srª da Vitória no Barro Branco;

Diversos

-Apoio a serviços fúnebres no Cemitério da Freguesia, motivo ferias do coveiro residente.

3. Freguesia de Orada

-Desmatação de caminhos rurais em Alcaraviça pela Equipa de sapadores.
-Apoio a serviços fúnebres no Cemitério da Freguesia.

Para além destas atividades, salientou ainda:

- Deslocação a Lisboa, para o Município receber o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano;

Obras por empreitada:

Reabilitação do Edifício do Centro Interpretativo da Batalha da Restauração – Os pilares base e travessas estavam montados, mas houve um engano e teve que se desmontar uma parte para levar novamente à oficina, porque ali não havia condições para fazer essas retificações. Em princípio, 2ª feira os trabalhos irão ser retomados.
Na ASA (área de serviço para autocaravanas), os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo, mesmo com as condicionantes do tempo;

Infraestruturas da rede de esgotos no Barro Branco – Está a faltar o betuminoso. Acordaram com a empresa não o colocar já, uma vez que há valas com cerca de 2 metros de profundidade, que com estas chuvas irão abater, e ao colocar betuminoso nesta fase, daqui por 2 ou 3 meses teriam que estar a arranca-lo e a colocá-lo novamente.

Obras por administração direta:

Reparações com tout venant em vários caminhos rurais;
Vários trabalhos de logística no apoio à Festa da Vinha e do Vinho
Mudança de areia, no Parque Infantil da Freguesia de Rio de Moinhos;

No âmbito dos pelouros distribuídos à **Vereadora Sofia Alexandra Militão Dias** e no que se refere ao trabalho autárquico, para além das atividades inerentes ao desempenho da função, é de destacar o seguinte:

Educação e Juventude

- Acompanhamento dos projetos em curso;
- Acompanhamento de todas as questões relacionadas com as competências já assumidas nesta área;
- Acompanhamento da execução do Relatório de Controlo de Manutenção do Centro Escolar de Borba;
- Reunião de Conselho Geral no Agrupamento de Escolas de Borba;
- Reunião com a Associação Tempos Brilhantes sobre as AEC's;
- Reunião com a VigiExpert;
- Reunião técnica sobre a Oficina da Criança.

Referiu ainda o seguinte:

- Tem sido feito um acompanhamento de grande proximidade com o Agrupamento de Escolas de Borba, especialmente em termos de manutenção;
- Tem sido dada especial atenção ao funcionamento das AEC's.
  Foi feito um questionário que foi aplicado não só aos professores titulares como também aos representantes dos encarregados de educação, basicamente para saber qual era o seu grau de satisfação e a maioria respondeu positivamente. Contudo, houve uma situação de "incompatibilidade" entre um mentor e uma turma que necessitou de ser trabalhada. A situação foi resolvida, e fora este pequeno problema, não nos foi relatado qualquer outro incidente estando tudo a funcionar em pleno.

Desporto e Tempos Livres

- Acompanhamento dos projetos em curso:
  * Projeto de Andebol; Plano Municipal Promotor do Desporto; PAAC e PAAD.
- Acompanhamento da execução do Esquema de Manutenção e Limpeza do Campo Municipal;

- Acompanhamento da reunião de Apresentação do projeto PAD com as Associações do concelho. Nesta reunião só estiveram presentes 3 associações e o resultado dessa reunião ficou expresso numa alteração que se fez ao projeto

Turismo

- Acompanhamento dos projetos em curso;
- Acompanhamento da operacionalização da 2.ª Edição do Concurso «É Natal no Comércio Local». As senhas, o cartaz e as normas estão a ser entregues junto do comércio, esperando-se que até ao final da manhã de 2ª feira todos os comerciantes tenham esta informação, para que o mesmo possa arrancar em pleno no dia 1.

Defesa do Consumidor

- Diligências tendo em vista a implementação de um projeto que fomente a defesa do consumidor e seus direitos.

Transportes Escolares

- Acompanhamento do trabalho executado nesta área.

Património, Cultura e Ciência

- Acompanhamento dos projetos em curso;
- Acompanhamento da catalogação do Espólio Azinhal Abelho;
- Participação no Festival Internacional de Balões de Ar Quente;
- Realização da Festa da Vinha e do Vinho.

Apesar de haver pontos a melhorar, este evento foi um sucesso.

Foi pedido a todos os participantes e a todos os técnicos envolvidos, contributos e sugestões, com o intuito de melhorar os aspetos menos positivos.

Associativismo

- Acompanhamento dos projetos em curso.

Cooperação com as Freguesias

- Contactos frequentes com as Juntas de Freguesia.

Ação e Habitação Social

- Acompanhamento dos projetos em curso:

* Balcão da Inclusão, Cartões Sociais, Habitação Social, Tempo de Cuidar, Gerações (IN)dependentes, Plano Municipal para a Igualdade de Género de Borba, entre outros.

- Acompanhamento da atualização dos documentos estratégicos da Rede Social de Borba (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação para 2022);
- Acompanhamento de todas as questões relacionadas com a descentralização de competências nesta área;
- Reunião técnica com a Coordenação e técnicos do Projeto Mediadores Municipais e Interculturais de Borba.

Saúde

- Acompanhamento dos projetos em curso, designadamente do Projeto Prescrição Cultural;
- Acompanhamento de todas as questões relacionadas com a descentralização de competências nesta área.

Transporte e Comunicações

- Cedências de transporte.

PONTO 1.4 – PROJETO ODISSEIA NACIONAL – TEATRO NACIONAL D. MARIA II

A **Vereadora Sofia Dias** informou que o Teatro D. Maria II vai ser alvo de remodelações durante todo o ano de 2023, e por isso, vai andar em progressão por todo o Pais.

Nesse sentido, a Câmara Municipal foi contactada para saber da disponibilidade de os receber, de 14 a 21 de outubro de 2023.

As peças a serem apresentadas no Cine Teatro são duas:

- Programa Espetáculos PEÇAS - Nau Nau Maria, de Alice Azevedo
- Programa Território ATOS - À Escuta.

As responsabilidades do Município são assegurar todas as despesas logísticas (alojamento, alimentação, viagens, ...)

PONTO 2 – ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia foi a seguinte:

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata 25/2022

Ponto 2.2 – Opções do Plano 2023-2027 e Proposta de Orçamento para 2023

Ponto 2.3 – Proposta de Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto

Ponto 2.4 – Proposta para aprovação de Projeto de Execução e do Procedimento por Concurso Público para a execução da empreitada de "Construção de Centro de Recolha Oficial de animais de companhia" (CRO)

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 25/2022

Previamente distribuída por todo o executivo **a Ata n.º 25/2022 foi aprovada por unanimidade**, tendo sido dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no nº 1 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 2.2 – OPÇÕES DO PLANO 2023-2027 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2023

Presente informação do Chefe de Divisão da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa e da Técnica Superior da Unidade de Contratação Pública e Contabilidade, que se arquiva em pasta anexa como doc. n.2, que se transcreve:

"Nos termos previstos na alínea *c)* do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, é competência da Câmara Municipal, *«Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento [...]»*.

Por outro lado, estabelece o n.º 1 do art.º 45.º do RFALEI que *«[...] o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte»*, sem prejuízo do previsto no n.º 2 do art.º 45.º do RFALEI que determina *«Nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse»*.

A aprovação destes documentos previsionais é competência expressa da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea *a)* do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL que determina que *«Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal: [...] Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento»*, devendo os mesmos ser aprovados até 31 de dezembro, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 27.º do RJAL que determina *«[...] a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro ou dezembro [...]»*, sem prejuízo do previsto no n.º 2 do art.º 45.º do RFALEI, conforme antes referido.

Face ao exposto, junto se apresentam as «Opções do Plano 2023-2027 e a proposta de Orçamento 2023» para efeitos de apreciação pelo órgão executivo, com a finalidade de deliberar os «*[...] submeter à aprovação da assembleia municipal [...]*», sabendo, no entanto, que em simultâneo se encontra a decorrer o período destinado à recolha de contributos, por parte dos partidos políticos e grupos de cidadãos representados na Assembleia Municipal, ao abrigo do Estatuto da Oposição, para melhoria do documento, pelo que o mesmo deverá ser tido em consideração para efeitos da deliberação a ser tomada pelo órgão executivo.

2. O DESENVOLVIMENTO

2.1. ELEMENTOS A INTEGRAR NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS NOS TERMOS DO RFALEI

Os presentes documentos previsionais incluem os elementos obrigatórios constantes no art.º 46.º do RFALEI, nomeadamente:

2.1.1. Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes [alínea *a)* do n.º 1];

2.1.2. Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia local [alínea *b)* do n.º 1];

2.1.3. Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica [alínea *c)* do n.º 1];

2.1.4. Articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental [alínea *d)* do n.º 1];

2.1.5. A proposta das grandes opções do plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais

relevantes da gestão, este último designado por plano de atividades municipal com um horizonte plurianual [alínea *e)* do n.º 1].

2.2. ELEMENTOS A INTEGRAR NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS NOS TERMOS DO SNC-AP

2.2.1. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS

Deve ainda atender-se, de acordo com previsto no n.º 46 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP, que as demonstrações orçamentais a elaborar são:

2.2.1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos);

2.2.1.2. Plano Plurianual de Investimentos.

2.2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Ao nível financeiro, importa ainda atender ao previsto no n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP que determina que *«As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes»*.

No entanto, apesar da referida norma estabelecer a obrigatoriedade de preparação das demonstrações financeiras previsionais, não define os moldes e regras em que tal deverá ocorrer, assim como, as condições de validação na inerente projeção em futuros exercícios económicos. Perante tal cenário, o desenvolvimento das referidas demonstrações financeiras previsionais revestir-se-ia de um elevado grau de incerteza, e de não correspondência das expetativas teóricas apresentadas.

Acresce a tudo isto, o facto de o SIGMA da Medidata, mais especificamente o módulo de SNC-AP, não ter sido desenvolvido para permitir, nesta fase inicial, dar resposta à elaboração das referidas demonstrações financeiras previsionais que deveriam assumir articulação com os documentos orçamentais previsionais.

Por outro lado, importa atender ao previsto ao OE/2022 (aprovado e em vigor à data da elaboração dos presentes documentos previsionais) que determina não ser obrigatório nos documentos previsionais dos anos de 2022 e 2023 a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da NCP 1 do SNC-AP.

Assim, os presentes documentos previsionais não contemplam as demonstrações financeiras previsionais, conforme melhor se expõe no capítulo VI do referido documento (Demonstrações financeiras previsionais).

2.3. ELEMENTOS INTEGRADOS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para cumprimento dos preceitos antes elencados os presentes documentos previsionais comportam os documentos exigidos, quer pelo RFALEI, quer pelo SNC-AP, de forma a garantir o pleno cumprimento do exigido pela legislação aplicável, nomeadamente:

2.3.1. Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta [*vide* capítulo I], incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes [*vide* ponto 1.3.6.];

2.3.2. Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia local [*vide* mapas 2.1. e 2.2.];

2.3.3. Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica [*vide* mapas 3.1. e 3.2.];

2.3.4. Articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental [*vide* capítulo VII];

2.3.5. A proposta das grandes opções do plano [*vide* mapa 4.3.], compostas pelas atividades mais relevantes [*vide* mapa 4.5.] e plano plurianual de investimentos [*vide* mapa 4.4.], com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua

compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão [*vide* pontos 1.4. e 1.5.];

2.3.6. Plano orçamental plurianual [*vide* ponto 1.3.4. e mapas 4.1. e 4.2.];

2.4. AS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO PARA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

2.4.1. DELIBERAÇÕES NECESSÁRIAS DOS ÓRGÃO DO MUNICÍPIO

No que respeita aos órgãos do Município, e de modo a salvaguardar o cumprimento da lei, entendemos ser necessário, para aprovação dos presentes documentos previsionais, que:

2.4.1.1. Pela Câmara Municipal, após elaborada a proposta, seja deliberado *«submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento [...]»*, nos termos da competência prevista na alínea *c)* do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL;

2.4.1.2. Pela Assembleia Municipal, após submetida pela Câmara Municipal, seja deliberado *«aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento»*, nos termos da competência prevista na alínea *a)* do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL.

2.4.2. PRAZOS PARA DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃO DO MUNICÍPIO

No que respeita aos prazos para deliberação pelos órgãos importa compreender que:

2.4.2.1. O órgão executivo tem como obrigação, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 45.º do RFALEI, apresentar ao *«[...] órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte»;*

2.4.2.2. A aprovação, pelo órgão deliberativo, deverá ocorrer, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 27.º do RJAL, *«[...] na sessão de novembro ou dezembro [...]»*;

2.4.2.3. Por outro lado, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 45.º do RFALEI, *«Nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse».*

2.4.3. ENTENDIMENTO SOBRE AS DELIBERAÇÕES NECESSÁRIAS DOS ÓRGÃO DO MUNICÍPIO

Para melhor entendimento do antes referido importa esclarecer que o mesmo assume que:

2.4.3.1. As *«opções do plano»* elencadas no RJAL respeitam aos documentos com carater plurianual, isto é, as grandes opções do plano 2023-2027 (que compreendem o plano plurianual de investimentos 2023-2027 e o plano de atividades municipal 2023-2027, constando este último na lei com a designação de *«ações mais relevantes de gestão»*) e o plano orçamental plurianual 2023-2027;

2.4.3.2. A *«proposta de orçamento»* elencada no RJAL respeita aos documentos com carater anual, ou seja, o orçamento municipal 2023.

Importa ainda entender que nos presentes documentos previsionais todos os documentos plurianuais assumem um período que compreende o ano civil a que respeita o orçamento (2023), acrescido de 4 anos (2024-2027 e seguintes), de modo a existir plena articulação entre os mesmos.

2.5. O CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DA OPOSIÇÃO

Para elaboração dos presentes documentos previsionais encontram-se a ser ouvidos os partidos políticos e o grupo de cidadãos representados no órgão deliberativo, em momento anterior à reunião do órgão executivo, nos termos do direito de consulta prévia elencada no Estatuto do Direito da Oposição.

Para o efeito, irá proceder-se ao envio, por correio eletrónico em 17/11/2022, das «Opções do plano 2023-2027 e proposta de orçamento 2023» aos representantes das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, solicitando a apresentação de contributos aos referidos documentos, até às 12:30 horas do dia 24/11/2022.

Finda esta data, terão os serviços que elaborar nova proposta (com os contributos que o executivo com pelouros atribuídos entenda aceitar) até às 16:00 horas do dia 25/11/2022 nova proposta para ser enviada novamente ao órgão executivo.

2.6. O ENQUADRAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS

Ao planear este orçamento foram ponderadas as necessidades da população que podem e devem ser satisfeitas pela Autarquia, onde são inscritas todas as receitas e despesas que o Município prevê arrecadar ou despender, durante os anos financeiros de 2023-2027, em consonância com o previsto no art.º 44.º do RFALEI, o que implicou a elaboração do QPPO.

Neste enquadramento, o relatório tem por objetivo disponibilizar informação de caráter económico, financeiro e social sobre o Município de Borba, através da apresentação e fundamentação da política orçamental proposta.

Os últimos anos foram marcados por profundas alterações legislativas que limitam bastante o funcionamento dos municípios, destacando-se, de entre outras, o RJAL, o RFALEI, a LGTFP, o RJRFM, a LCPA e o PAEL.

Toda esta conjuntura tem levado à obrigatoriedade de uma constante monitorização dos principais indicadores: a dívida total orçamental dentro dos limites previstos, um grau de execução das receitas superior a 85%, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, um PMP inferior a 90 dias, a existência de dotação orçamental para assunção de todos os encargos, a existência de fundos disponíveis para assumir todos os compromissos, a inexistência de pagamentos em atraso, a existência de margem disponível para executar novos investimentos, entre outros.

O POCAL, embora em parte revogado pelo SNC-AP, já determinava, desde a sua génese, que todas as autarquias locais, deviam elaborar os documentos previsionais, constituídos pelas grandes opções do plano e pelo orçamento, por se revelarem de importância primordial para a gestão autárquica, uma vez que nos mesmos deviam ser vertidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazos e a política de curto prazo.

Importa ainda atender que *«A previsão dos recursos financeiros se revela de enorme importância, uma vez que a avaliação das receitas é fator condicionante à execução das despesas. Efetivamente, uma sobreavaliação das receitas ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de despesas, relativamente às quais não se disporá de fundos financeiros suficientes.»*

Desta forma, o planeamento e a programação de atividades, traduzidos na elaboração das opções do plano 2023-2027 e da proposta de orçamento 2023, representam não só o cumprimento de um imperativo legal, como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

O RFALEI estabelece também regras que garantem o cumprimento dos princípios orçamentais, vertidos na LEO e a compatibilidade com as regras previsionais definidas no POCAL, bem como o cumprimento dos princípios estabelecidos no POCP.

Foram ainda consideradas as receitas a arrecadar com a atualização da tabela de taxas urbanísticas e administrativas, com a taxa de inflação estimada para o ano de 2023, bem como a atualização decorrente dos preços e tarifas, para abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, em conformidade com o RGTAL, encontrando-se o Município, à data, a proceder ao ciclo anual de revisão tarifária junto da ERSAR.

2.7. A REFORMA DA CONTABILIDADE E CONTAS PÚBLICAS

Acresce a tudo isto entender que o presente documento consubstancia a particularidade de ser elaborado numa fase de reforma da contabilidade e contas

públicas, que surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, procurando colmatar fragilidades sentidas no modelo anterior.

Efetivamente, a publicação do SNC-AP e da LEO, abriram caminho à reforma da gestão pública. Assim, a LEO contém um conjunto de disposições de natureza contabilística (a criação da Entidade Contabilística Estado, os subsistemas contabilísticos de contabilidade orçamental, financeira e de gestão, a preparação de demonstrações financeiras previsionais, as demonstrações financeiras intercalares, a necessidade de consolidação de contas, o princípio da imagem verdadeira e apropriada que deve ser proporcionada pelas demonstrações financeiras em relação à posição financeira e suas alterações, ao desempenho financeiro e aos fluxos de caixa, a certificação da Conta Geral do Estado pelo Tribunal de Contas e o custo e os resultados das políticas públicas, pela via da orçamentação por programas).

Importa ainda salientar que o diploma que aprova o SNC-AP não revoga o classificador económico das receitas e despesas públicas, previsto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Assim, os documentos previsionais são elaborados, de acordo com a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constantes do classificador aprovado pelo RJCCERDP, na sua adaptação às autarquias locais, incluindo as rubricas previstas no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com os modelos previstos no n.º 47 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP, uma vez que os reportes de execução terão que respeitar estes modelos.

2.8. A PUBLICIDADE DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Deve ainda referir-se que, de acordo com o n.º 2 do art.º 79.º do RFALEI, a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo, o plano de atividades municipal, o plano plurianual de investimentos e o quadro plurianual

orçamental, deverão estar disponíveis para consulta pública, após a sua aprovação, no portal web do Município em www.cm-borba.pt.

Face ao exposto, **o Presidente propôs à Câmara Municipal que**, ao abrigo da competência prevista na alínea *c)* do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, conjugado com o disposto no n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP e nos n.º(s) 3 e 4 do art.º 5.º do Estatuto do Direito da Oposição, **delibere**:

SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS «OPÇÕES DO PLANO 2023-2027 E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2023», para efeitos de aprovação por aquele órgão, nos termos da competência prevista na alínea *a)* do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL, salientando, no entanto, que tal decisão deva ser tomada apenas, após terminado o período de recolha de contributos ao abrigo do Estatuto da Oposição, podendo o mesmo ocorrer, em reunião de Câmara Extraordinária, no dia 30/11/2022."

Foi dada a palavra ao **Vereador Pedro Esteves,** que comparando a mensagem do Presidente no ano passado e a mensagem deste ano, fez o seguinte balanço:

Este ano concluíram-se as obras do Celeiro da Cultura, "ainda não houve lá nenhuma atividade, ao que parece vai haver o tradicional presépio de Natal (...) foi concluída também a obra do Adarve do Castelo, apesar de não estar o dito Centro de Artes e Ofícios que nunca percebi o que era (...) também tenho tido algumas dificuldades em ver as visitas áquela zona (...) também foi concluída a Casa Social de Borba que neste momento está parada, teve um ano praticamente parada ... foram adquiridas duas viaturas elétricas de passageiros, (...) e a conclusão do sintético no campo de treino do SCBorbense... de grosso modo parece-me que foi isto que foi feito durante este ano."

Transitam para o ano:

- O Museu de Borba e Enoteca, que na mensagem do Senhor Presidente no ano passado era de 258 mil e 500 euros, passando para 440 mil euros este ano;
- O Centro Interpretativo da Guerra da Restauração, que esperemos que não seja como os outros e que tenha alguns visitantes, o aumento foi de 223 mil para 250 mil;
- O Viveiro de Empresas, que estava previsto no ano anterior um orçamento de 100 mil euros e passou para 160 mil euros;
- A Área de Serviço de Autocaravanas que está a ser executada, estava orçamentada no ano passado em 154 mil euros, e este ano está em 260 mil euros, um valor que comparativamente às outras áreas de serviço na zona é super elevado;
- Transita novamente o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, com um orçamento perto de 1 milhão de euros;
- Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, que no ano passado estava orçamentado em 220 mil euros e agora custa 371.500 euros;

  Definitivamente perdida, está a recuperação das habitações Sociais do Bairro do Chalé."

  Não consegue identificar no documento "(...) ou por esquecimento ou porque passaram a não ter interesse"

  - ✓ O Museu do Brinquedo;
  - ✓ Os Centros de Dia de Orada e Nora;

O Polidesportivo de Rio de Moinhos, "que segundo percebi é para ser feito este ano, vi o valor dos 20 000 euros transitarem para 2024 (...)";

A otimização energética das piscinas municipais cobertas que transitaram para 2024;

Quadriciclo elétrico, que também passou para o próximo ano.

Como novo, é apresentado:

- Programa de Recolha BIO;
- Recuperação no Cine Teatro de Borba da projeção "(...) e os arranjos como é? E a certificação para que possam lá haver trabalhos, como é que está?"
- Aumento dos valores do PAAC e do PAAD, de 20 mil euros para 30 mil euros;
- Mais uma equipa de intervenção permanente em Borba;

"É esta, de grosso modo, a minha análise ao que aqui está, curto do meu ponto de vista, para um Município como o nosso, mas estas são as vossas responsabilidades"

Em questões de pormenor e dado o tempo que teve para analisar, "continua a falar-se na responsabilização do Município de Borba relativamente à queda da estrada, tanto quanto sei, não está constituída qualquer responsabilidade para o Município.

Uma dúvida que tenho, porque não percebi se tem a ver com a forma como está construído o orçamento e que tem que ver com os processos reconhecidos (...) porque é que há mais de 10 situações de processos que me parecem relativos ao código da estrada (...) peço que me expliquem."

Situação dos estaleiros, "qual o ponto de situação? Aparecem 300 mil euros para 2023 na construção de estaleiro, mas o estaleiro vai mesmo ser mudado ou não?"

Parque de Feiras, "só tem expressão em 2024, mas a câmara (com o nosso voto contra) revogou a área de intervenção norte. Como é que podemos investir no Parque de Feiras se não tivermos o Plano de Pormenor para aquela área? (...)"

Áreas de acolhimento empresarial, "abre-se a rubrica com 500euros na zona industrial do Alto dos Bacelos, e não se percebe o que é que se está mais a fazer." Situação idêntica em relação à cobertura do edifício do antigo matadouro.

Orçamento participativo, "volta, desta vez com 20 mil euros, será que é desta que vamos implementá-lo?"

Espaços verdes no Concelho - proposta de investimento de 9 mil euros para 2023, "parece-me insuficiente"

Em termos de planeamento:

A área de intervenção norte não aparece; "é certo que está a decorrer o processo do PDM e é certo que poderá ser englobado"

Remodelação da rede de águas e esgotos – "aparece apenas a Rua Nunes da Silva e a Rua Visconde Gião para 2023, mas também recordo que já no ano anterior apareciam outras ruas e não foram executadas. A esta velocidade não vamos conseguir resolver o problema do desperdício de água"

Fibra ótica – "tanto se tem falado, temos zero de investimento para 2023, passa para 2024 (...)"

Terminou a sua intervenção, dizendo que "todo este orçamento, se nós formos ver o que é que está previsto para as Freguesia Rurais, é pouco mais que nada. Todo o investimento que este orçamento prevê para o ano, no que diz respeito às Freguesias rurais, é praticamente nulo em relação ao investimento para 2023. Isto é colocarmos

novamente estas freguesias fora dos planos de investimento em termos daquilo que são as necessidades destas freguesias (...) Dito isto, parece-me um orçamento sem qualquer ambição, sem nenhuma projeção daquilo que se pretende para Borba como futuro. Ressalto aqui que toda a parte das áreas de acolhimento empresarial, que antigamente se chamavam zonas industriais, estão votadas ao esquecimento, 500 euros só para abrir rubrica (...) achamos muito pouco, consideramos um orçamento muito pouco ambicioso e com muito poucas perspetivas de investimento de futuro para o que se pretende para o concelho"

Usou da palavra o **Presidente**, dizendo que, uma coisa são valores, outra coisa são intenções políticas, "estamos aqui 5 pessoas, cada pessoa terá a sua opinião (...). Uma coisa é o que nós queremos, outra coisa é o que poderemos fazer. É um orçamento sério e acima de tudo é um orçamento equilibrado. (...) as rubricas onde aparece 200 euros, 500 euros, ... quer dizer que há a possibilidade, em termos contabilísticos e fazendo revisões e alterações, as coisas se poderem concluir. (...) as freguesias, enquanto nós cá estivermos, independentemente de serem rurais ou urbanas são o nosso objetivo principal (...)"

Acrescentou, que desde que estão no executivo, os orçamentos têm sido muito reais e objetivos. Frisou que 2023 será um ano muito complicado e atípico, "não vamos justificar os orçamentos do Governo porque em princípio iremos receber mais e temos tido muito cuidado, nomeadamente em relação à descentralização de competências que felizmente estão a correr como nós queremos. Há coisas muito importantes (...) nomeadamente em questões de apoio às infraestruturas escolares que iremos fazer, porque estão lá as crianças que são o futuro desta terra (...) O governo central tem que perceber duas coisas importantes, a primeira é a história da água, se não houver apoios a sério as câmaras irão fazer rua a rua e nunca mais chegam à situação (...) felizmente as nossas vias de comunicação têm sido recuperadas, mas se não houver dinheiro

para esse tipo de obras estruturais, nomeadamente águas e vias de comunicação as câmaras pequenas têm muita dificuldade, um dia arranjam uma estrada, outra dia arranjam outra,...fazem como podem fazer e não se consegue resolver o problema, quando temos perdas de água brutais (...)"

Alto dos Bacelos - Existe um projeto definido há uma quantidade de anos, é uma zona loteada, "há coisas que eu pensava que eram da câmara, mas não são... imaginem essas pessoas que querem comprar aquilo, quando eles disseram que compram, se for aquilo que é nosso, é simples determinarmos um valor com contrapartidas e com objetivos muito concretos, mas quem faz as infraestruturas de acordo com o plano que está feito, serão essas pessoas que irão comprar de acordo com os valores que nós acharmos corretos"

Estaleiros Municipais – "(...) as escrituras, segundo aquilo que entendo, serão feitas ainda durante este ano e temos que pensar a sério na mudança do estaleiro. Já lhes disse que temos um pavilhão lá em cima na zona industrial do Alto dos Bacelos, e depois temos outra situação que é termos que comprar na zona industrial da Cruz de Cristo um outro pavilhão, que permita que lá para cima vá tudo o que é estrutura forte da câmara, e cá para baixo a estrutura ligeira da câmara, nomeadamente limpeza urbana. Está previsto e iremos fazê-lo (...)"

Terminou a sua intervenção dizendo "(...) com um bocado de paciência iremos ouvir as sugestões dos partidos e de uma forma equilibrada tentaremos equilibrar as coisas da melhor forma possível (...) sempre em prol do concelho de Borba"

Foi dada a palavra ao **Vereador Joaquim Espanhol**, para dizer que em relação aos espaços verdes, também concorda que a verba é pequena "mas foi uma verba que arranjámos para comprar principalmente árvores e arbustos, porque plantações e arranjo de terrenos vamos tentar fazer com os nossos recursos, por administração

direta. Já falei com a Junta de Freguesia de Matriz que irá dar uma ajuda nalguns sítios, estamos a tratar dos projetos para as entradas de Borba (...) vão sair até final do ano de 2022"

Relativamente Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, disse que já em reuniões anteriores, referiu que o valor é um valor base, "o objetivo é não ficarmos outra vez com a empreitada deserta, eu acho, e já estive a analisar o projeto, que se consegue fazer por menos dinheiro. O objetivo de se meterem as bases um bocadinho mais elevadas, tem que ver com isso (...) para o concurso não ficar deserto.

Remodelação das ruas – disse que não iriam abdicar dessas obras, "em 2023 vamos avançar com aquelas ruas, a Rua dos Clérigos queria avançar já este ano, vamos ver se conseguimos (...) vamos ser realistas e tentar fazer o melhor possível com as opções que temos"

Foi dada a palavra à **Vereadora Sofia Dias**, para dizer que se tem que respeitar o que chega em termos de receita, para se poder pensar na despesa, "não podemos estar a alterar o equilíbrio orçamental, nem tão pouco a preparar aqui um orçamento com valores completamente desfasados daquilo que depois nos chega, porque aí ficamos com um grave problema, o que vem não é muito, temos que trabalhar e fazer o possível tendo isso por base."

Destacou então as seguintes rubricas que foram inseridas em orçamento e que são fundamentais, "algumas não têm uma grande verba associada, mas temos que pensar noutra questão, neste momento, não temos a plena noção do que virá no próximo quadro comunitário"

- Reforço de verba para a Reabilitação e Valorização de equipamentos escolares,

- Nova rubrica para Requalificação do Centro Escolar de Borba – "(…) melhorias ao nível dos arrumos, porque aquela escola não tem arrumação, não tem bancadas com aproveitamento por baixo, é esta a verba que aqui está, é isto que aqui está contemplado"
- Requalificação dos Edifícios Escolares de Rio de Moinhos e do Jardim de Infância de Orada – "embora não tenha verba imputada para 2023, estão aí, porque são importantes para nós e merecem estar aí porque nós temos que requalificar aqueles espaços, são espaços que precisam de melhorias. Esta rubrica não estava orçamentada e agora já aparece aqui"
- Reforço ao nível das cantinas escolares; Oficina da Criança, Outros custos comuns ao nível da educação; Transportes escolares – "é nossa intenção comprar uma nova carrinha, para que as crianças possam ter o máximo de conforto na sua deslocação casa/escola e escola/casa""
- Reforço de verbas para iniciativas culturais;
- Reabilitação do Cine Teatro (verba que vem para a parte digital e também para a requalificação de portas e janelas)
- Reabilitação dos balneários do Parque Desportivo e do Pavilhão Gimnodesportivo (nova rubrica)
- Defesa do Consumidor (nova rubrica) – "é um dos meus pelouros que ainda não consegui lá chegar conforme devia, espero agora conseguir e conseguir avançar com este pelouro e com este projeto"
- PAAC e PAAD – "há um aumento de 10 mil euros em cada um dos projetos. Sabemos, e por várias razões, que as verbas eram curtas para aquilo que nós cedíamos em termos de apoio quer à parte da cultura, quer à parte do desporto. Não irá certamente chegar para tudo o que necessitam, mas um reforço de 10 mil euros em cada um dos projetos, acredito que é um bom aumento (…)"

- Reforço ao nível das iniciativas de dinamização da saúde no Concelho, "não podemos simplesmente receber as competências e ficarmos por essa responsabilidade, temos que inovar e ir mais além"
- Reforço da verba na área das bolsas de estudo, ou seja, aumentar o número de bolsas de estudo e de bolsas de mérito para o ano;
- Reforço de verba para as piscinas cobertas, descobertas e apoio às atividades desportivas, culturais e de lazer;
- Reforço para a integração e ação social;

Como comentário final, o **Vereador Pedro Esteves** disse que a ambição tem que ver com o que cada um pretende, e o que é que se pretende para o nosso concelho. As verbas são as que tivermos capacidade de ir captar, nenhuma câmara de nenhum concelho deste País, consegue por si só, fazer obra se não tiver apoios comunitários, e são a esses que nos devemos dedicar e quando eu falo da falta de ambição é exatamente nesse sentido (...) e que sejam verbas, que sejam reprodutivas no final. Os museus são importantes, a recuperação de casas é importante, tudo isso é importante, mas o mais importante de tudo é nós criarmos condições para que haja emprego no nosso Concelho e é nisso que eu digo que este plano é muito pouco ambicioso (...) não há ambição de termos aqui uma zona industrial que possa concorrer com os nosso dois diretos vizinhos (Vila Viçosa e Estremoz) e que consigamos trazer para cá as poucas industrias que se instalam, trazê-las para cá e criarmos emprego aqui. Para mim, esse é o ponto decisivo (...) de forma alguma nós estamos de acordo com este orçamento, da forma como é apresentado."

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal as «Opções do Plano 2023-2027 e a proposta de Orçamento 2023», para efeitos de aprovação por aquele órgão, nos termos da competência prevista na alínea *a)* do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL, salientando, no entanto, que tal decisão deva ser tomada apenas,

após terminado o período de recolha de contributos ao abrigo do Estatuto da Oposição, podendo o mesmo ocorrer, em reunião de Câmara Extraordinária, no dia 30/11/2022."

PONTO 2.3 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESPORTO

Presente informação da Técnica Superior da Unidade Jurídica, de Gestão Administrativa e Fiscalização, que se arquiva em pasta anexa como doc. nº 3, que se transcreve:

"O projeto de Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto do Município de Borba foi, após aprovação pela Câmara Municipal de Borba, em reunião ordinária realizada em 06 de outubro de 2022, publicado, de acordo com o previsto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), para consulta, discussão e apreciação pública, pelo período de 20 dias, na 2ª série do Diário da República de 19 de outubro de 2022.

Após a publicação do projeto de Regulamento de Apoio ao Desporto do Município de Borba, em período de discussão pública foi realizada uma sessão informativa de esclarecimento, para a qual foram convocadas todas as associações desportivas potencialmente interessadas, sendo que, somente compareceram os representantes da Associação Jovem da Orada, BARBUS – Associação Borba Mais e Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos.

Assim, e após recolha dos devidos contributos, inclui-se no projeto de Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto, o artigo 11.º que prevê um adiantamento de uma verba no valor de 1.000€ a entidades proponentes, para que possam fazer face à inscrição de atletas e organização de equipas"

Atento o exposto, **o Presidente propôs à Câmara Municipal de Borba que,** no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da

Constituição da República Portuguesa, artigo 99.º do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **delibere aprovar a versão final do projeto de regulamento do programa de apoio ao desporto, que se anexa, assim como, submeter à assembleia municipal para deliberação.**

A Vereadora Sofia Dias começou por referir que o documento enviado é em tudo semelhante ao que já veio a este órgão. Tem apenas uma alteração o art.º 11, que tem que ver com uma proposta apresentada, por escrito, pela BARBUS – Associação Borba Mais e que mereceu o aval positivo dos restantes participantes na reunião de apresentação. Esta proposta prevê o adiantamento de uma verba de 1000 euros para que os clubes possam fazer face, principalmente, à inscrição dos atletas que é sempre feita numa fase inicial, e que por vezes não coincide com a análise dos documentos, e dificulta um pouco a vida das associações para fazerem face a esta despesa. Disse que estava à espera de uma maior participação, três associações é muito pouco, mas foi o que tiveram."

Usou da palavra a Vereadora Helena Caldeira e disse que embora se verifique que há um empenho dos técnicos, da Vereadora do desporto e de algumas associações, na questão da revisão do PAAD, e embora haja um acréscimo de 10 mil euros para o ano, de referir o seguinte: "(...) se não estou em erro são 12 associações a concorrer ao PAAD, se fizermos uma divisão esses 10 mil euros representariam 830 euros, sensivelmente, a cada uma das associações, se dividirmos por 12 meses dá 69 euros/mês, isto é meio depósito de gasóleo... os 10 mil euros acabam por não ser reais, dada a questão da inflação, e isso deveria ter sido em conta.
Disse ainda: "(...) Apesar de verificar e bem a divisão das associações e das candidaturas dos atletas individuais, torna o projeto mais transparente, mas ficou por

esclarecer a questão da majoração dos escalões de formação (e isso foi referido em algumas das reuniões) e as questão de alguns apoios às associações que têm património, pelo facto de não ser espelhado em lado nenhum e não poder ser contemplado. Concluiu: "São manifestamente insuficientes os 10 mil euros de acréscimo, pelos motivos invocados."

Usou da palavra o Vereador Pedro Esteves e disse "(...) tenho sido muito critico a esta proposta de regulamento, e continuo a dizer que este regulamento deveria ter espelhado quais eram os critérios de atribuição dos valores pela Câmara Municipal e quais eram os descritores que estavam associados a cada um desses critérios, para sabermos de que forma é que as associações se podem candidatar... isso não está espelhado e, do meu ponto de vista, é a forma incorreta de trabalhar esses assuntos. Disse ainda: "(...) quando se fala em 1000 euros nas pré-épocas, para inscrição de atletas, se calhar para alguns clubes/associações até pode ser uma valor elevado, mas de certeza que, por exemplo, para o Sport Clube Borbense não vai chegar. A BARBUS tem uma equipa, é possível que chegue, o Grupo Desportivo de Rio de Moinhos tem uma equipa de atletas, é possível que também chegue, mas para o Borbense 1000 euros no início da época não vão chegar. Os apoios do PAAD deveriam ser em função do trabalho desempenhado por cada uma das associações e por aquilo que representam no concelho e não por um rateio feito com uma atividade, por exemplo, de um jogo do xito, tenha exatamente o mesmo rateio que tem uma atividade, por exemplo, de um trail em Rio de Moinhos. Rematou "É neste sentido que este regulamento de apoio ao desporto sempre mereceu da minha parte a maior crítica."

O Presidente disse: "(...) o que me faz confusão a mim é que primeiro este documento veio a reunião de Câmara, depois foi para discussão pública, a seguir houve aqui reunião, mas nunca faltou ao Sport Clube Borbense o dinheiro que pediram, em termos

de adiantamento... o que está aqui em acusa é que alguns pedem... agora o que está definido é que todos vão ter... neste momento é zelar por quem precisa. 1000 euros é pouco mas, pelo menos, têm alguma coisa. O Borbense quando precisa faz aqueles pedidos de adiantamento e, normalmente, é aceite... podia ter estado aqui na reunião juntamente com os outros e teria dito que 1000 euros para o Clube era pouco e era simples de fazer.... mas não é por aí porque eles quando precisam pedem."

A Vereadora Sofia Dias disse que essa não é a questão porque quando precisam não ficam sem ele. A questão é que esta alteração veio na sequência da reunião, de um pedido por escrito, e na reunião foi este o valor tratado. Não estando o Borbense presente na reunião, e o responsável já se veio desculpar pelo esquecimento, não é nossa função adivinhar quais são as necessidades daquele clube.

O Vereador Pedro Esteves disse "(...) é essa a nossa função, é precaver as situações... quando nós construímos legislação é exatamente no sentido de antecipar as situações que podem advir."

A Vereadora Sofia Dias disse ainda que nesta fase, em que estamos a aguardar contributos externos, não temos de fazer nós. "(...) Já tivemos essa oportunidade quando foi a definição do programa. Neste momento estamos à espera de contributos, está na fase de audiência prévia, está na fase de discussão pública, está na fase em que são entidades e as associações que dizem aqui em sede de reunião, tal como disseram aquelas três, e que nos enviam por escrito. Portanto só é valido por escrito...e tanto que entre os três decidiu-se que iria escrever aquela proposta... só assim é que ela pode vir novamente aqui. Sem uma proposta escrita de outra pessoa nós não o podemos fazer, nós não podemos alterar seja aquilo que for."

Deliberação: Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente. Votaram a favor o Presidente e dos Vereadores Joaquim Espanhol e Sofia Dias. Votaram contra os Vereadores Pedro Esteves e Helena Caldeira.

PONTO 2.4 – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO E DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA (CRO)"

Presente informação da Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Projeto, Gestão Urbanística e Ordenamento do Território, que se arquiva em pasta anexa como doc. n.º 4, **que se transcreve**:

" Na sequência do AVISO 1/2021/ICNF/DBUAC, aprovado em 22/07/2021 pelo Conselho Diretivo do INCF I.P. – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, que determina as regras, os procedimentos e os prazos de construção de centros de recolha oficial e das instalações para animais de companhias, foi apresentada em 15/10/2021, pelo Município, a Candidatura para a Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Borba – CRO.

E em 28/12/2021 foi assinado o Termo de Aceitação da Candidatura, que foi aprovado para um valor de apoio de 59.150,00€.

Em 26/10/2022 foi solicitada autorização ao Conselho Diretivo para a prorrogação do prazo para execução da candidatura deste Município, para a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Borba até 31/12/2023.

Para a realização da empreitada da Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) Municipal de Borba, o valor previsto em orçamento é de 350 394,57 € (trezentos e cinquenta mil trezentos noventa e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos), a executar num prazo de 9 meses.

As peças do procedimento para a formação de contrato são as seguintes:

- Minuta de anúncio;
- Programa de Procedimentos;
- Caderno de Encargos, e Condições Técnicas Especiais;
- Projeto de execução composto por projeto de arquitetura, rede de águas, águas residuais, estabilidade, ITED, eletricidades, Segurança Contra Incêndios, AVAC, Acústica e Comportamento Térmico;
- Mapa de quantidades com espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar;
- Orçamento de todos os trabalhos a realizar;
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- Plano de Segurança e Saúde em Obra.

Os restantes elementos previstos no n.º 5 do art.º 43º não se aplicam à natureza e exigências da obra.

A presente proposta refere-se assim à aprovação de abertura de procedimento por concurso público para execução de empreitada da Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) Municipal de Borba, ao abrigo da al. b) do artº 19º do Código dos Contratos Públicos."

Atendendo ao exposto, **o Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere**:

1. **Aprovar o Projeto de Execução** do ***Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) Municipal de Borba.***
2. **Proceder à abertura do Procedimento por Concurso Público para execução de empreitada para a "´Construção de Centro de recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) Municipal de Borba"**, de acordo com o previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.
3. **Aprovar o Caderno de Encargos (Clausulas jurídicas e clausulas técnicas) e o Programa de Procedimento** (em anexo), de acordo com o disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. **Aprovar o Plano de Gestão de Resíduos**.
5. **Aprovar o Plano de Segurança e Saúde**.
6. **Nomear como coordenador de segurança da obra em projeto** – José Manuel Coronha Peças, técnico de segurança e saúde na construção, nos termos do disposto no artº 9º do Dec. Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.
7. **Aprovar**, para o referido procedimento, **a constituição do júri** com a seguinte composição:

- Presidente: Maria Raquel Carreira Martins Pereira – Chefe de Divisão;

- **Vogais efetivos**: Teresa Gertrudes das Mercês Albuquerque Matos, Técnica Superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos; Maria de Fátima Santos Cabaço – Assistente Técnica.

- Vogais suplentes: Renata Maria Bandeira da Silva – Técnica Superior e Hugo Manuel Almeida Carola, Técnico Superior.

8. **Designar os membros do júri como "representantes da entidade competente para a decisão de contratar" na plataforma eletrónica de contratação publica**, para os efeitos previstos nos artigos 54.ºe 60.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9. **Delegar no júri do procedimento, as seguintes competências:**
   a) Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
   b) Prorrogar o prazo fixado para apresentação de propostas, conforme n.º 4 do artigo 64.º e n.º 6 do artigo133.º, todos do CCP;
   c) Classificar documentos da proposta, ao abrigo do artigo 66.º do CCP;
   d) Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciam questões que decorram no procedimento, anteriores ao relatório final, nos termos do artigo 467.º do CCP.

Foi dada a palavra ao **Vereador Pedro Esteves**, que disse ser inadmissível o facto de com tanta documentação enviada, só conseguir descobrir em que local é que este centro iria ser feito, num pequeno título de uma folha de excel, "depois, pedem-me que seja aprovado um projeto de execução, que projeto de execução? Mas acham que eu sou capaz de chegar aqui e analisar minimamente um processo, sem ter sequer uma planta do que é que vai ser feito, sem ter sequer uma indicação de quantos animais é que está previsto, sem ter sequer noção de como vai funcionar? Que área de construção é que vai ser implementada, com esta estrutura? Está implementada em local de RAN ou de REN? Nada desta informação me é dada e chega-se ao cúmulo de mandar aprovar o Plano de Gestão de Resíduos e aprovar o Plano de Segurança e Saúde, mas alguma vez me foi entregue ou deveriam sequer ser entregues estes planos? Da pouca experiência que tenho, eu acho que estes planos são feitos antes da entrada em obra, e são feitos por quem vai fazer a gestão da segurança em obra. Nessa altura são construídos estes planos e são aprovados (...) se fosse a primeira vez que isso acontecesse, tudo bem, mas não... é a terceira ou quarta vez que isto acontece...(...) de que forma é que eu posso aprovar uma coisa que nem sequer sei o que é? Nesta situação, como em todas as outras em que não me é dada informação, voto contra."

Deliberação: Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente. Votaram a favor o Presidente e dos Vereadores Joaquim Espanhol e Sofia Dias. Votaram contra os Vereadores Pedro Esteves e Helena Caldeira.

---------- **ENCERRAMENTO** ----------

---- Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas doze horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por quarenta e cinco páginas que por ele vai ser assinada, e por mim, MARIA ALEXANDRA PEREIRA ABELHO CORDEIRO, ASSISTENTE TECNICO, que a redigi.

O Presidente da câmara,

(ANTÓNIO JOSÉ LOPES ANSELMO)

ASSISTENTE TECNICO

(MARIA ALEXANDRA PEREIRA ABELHO CORDEIRO)

(MC/437)